

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.986 - RS (2015/0179835-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ**  
**PROCURADOR** : **BÁRBARA FERREIRA DAVET E OUTRO(S) - PR051683**  
**RECORRIDO** : **CONSTRUHAB CONSTRUTORA CIVIL E INCORPORADORA LTDA**  
**RECORRIDO** : **FRANCISCO CARLOS LÔNDERO BENETTI**  
**ADVOGADO** : **ETIENNE WALLACE PASCUTI E OUTRO(S) - PR059442**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART). EXCESSO DE COBRANÇA. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL.

1. O art. 97, § 2º, do CTN não foi objeto de juízo de valor emitido pela Corte de origem, carece, portanto, do necessário prequestionamento. Incidência da Súmula 282/STF.
2. O Tribunal *a quo* vedou a cobrança das taxas de ART acima dos limites máximos estabelecidos pelas Leis n. 6.994/1982 e 12.514/2011 por entender inconstitucionais dispositivos das Leis n. 6.496/1977 e 11.000/2004. Inviável o exame da controvérsia em recurso especial, sob pena de usurpação da competência do STF.
3. Recurso especial não conhecido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator